



O DISCURSO SANITARISTA COMO DISCURSO POLÍTICO E IDEOLÓGICO NA REPÚBLICA VELHA¹

Alex Oestreich de Mello
Éderson Cesar
Milene Veiga Beltrame
Rossane Heberle²

Resumo

O artigo a seguir aborda o período da história do Brasil conhecido como República Velha, onde a industrialização e a introdução do capitalismo efeturaram transformações consideráveis no seio da sociedade brasileira. A necessidade de enquadramento nessa nova lógica contribuiu para o surgimento de diversos discursos legitimatórios que visavam, em última instância, reorganizar essa sociedade, destacando-se entre eles o movimento sanitário, que ocupou posição privilegiada, sendo o discurso político e ideológico do aparelho estatal, tornando-se estratégia política da classe dominante. Foi largamente utilizado como forma de enquadramento da população na nova configuração social, onde o autoritarismo e as teorias científicas europeias formaram a base de sustentação para a higienização, disciplina e organização dos sujeitos de acordo com a lógica das novas relações sociais.

Palavras Chave: República Velha. Sanitarismo. Capitalismo.

Introdução

As transformações ocorridas no seio da sociedade brasileira no advento da Primeira República decorreram tanto de causas econômicas quanto políticas. As mudanças nas relações de produção, com a transição da mão-de-obra escrava para a assalariada no final do século XIX, modificaram o conjunto das relações sociais próprias de nossa estrutura econômica e social colonial. A queda da Monarquia e a instalação da República representaram claramente as alterações nas relações de poder político e sua respectiva constituição do aparelho de Estado Nacional. É neste contexto que vêm à tona os problemas decorrentes da instalação do novo sistema, da urbanização e dessas novas relações de produção. As epidemias, endemias e doenças relacionadas ao trabalho que impulsionaram novos modelos de saber sobre as doenças e suas causas e a institucionalização destes saberes através das políticas de saúde pública.

Os discursos sanitários sobre a saúde, durante a República Velha, revelaram serem tanto modelos de conhecimento sobre a estrutura das doenças e suas causas, como

¹ Este artigo foi elaborado para a disciplina de História do Brasil III do professor Ricardo Arthur Fitz.

² Alex de Mello (oestreichh@gmail.com), Milene Beltrame (mileneveiga@yahoo.com.br), graduandos do curso de História, Licenciatura Plena da Faculdade Porto-Alegrense – FAPA.

propostas práticas de intervenção saneadora e reorganizadora do espaço físico das cidades brasileiras. A instituição médica mostrou como a história das propostas de intervenção política de modelos de saber na sociedade, e da luta destes modelos discursivos em torno dos interesses sociais específicos e seus conflitos. Tomando por base o discurso de que a ciência é neutra, sanitaristas e Estado adquiram o direito de intervir na vida das populações, no sentido de higienizá-las, discipliná-las e organizá-las de acordo com a lógica das novas relações sociais. Foi neste sentido que o discurso sanitarista se tornou interlocutor central entre o Estado e a sociedade, contribuindo para instituir no país a ordem política centralista e socialmente excludente.

O presente artigo tem como objetivo mostrar como o discurso sanitarista se colocou como discurso político e ideológico do aparelho estatal, tornando-se estratégia política da classe dominante, na República Velha. Para tanto se faz necessário buscar as transformações político-econômicas que impulsionaram as políticas de saúde pública na República Velha, pois este período histórico representou a consolidação das transformações das instituições políticas e ideológicas advindas com a ascensão do capitalismo como modo de produção dominante no Brasil. Em seguida analisaremos também o discurso sanitarista, num primeiro momento suas propostas higienistas e suas estratégias de ação, e num segundo momento a ideologia eugenista. Por fim, pretende-se compreender se o discurso sanitarista contribuiu com o discurso e a estratégia política estatal e com a própria legitimação do Estado Republicano, ou se apenas a repressão e coerção física colocou-se a esse serviço.

Primeira República: Permanências e Transformações Políticas, Econômicas e Sociais

A Primeira República significou um período da consolidação de novas idéias advindas da formação do modo de produção capitalista brasileiro. Apesar das transformações nas relações de produção, nas forças produtivas e na troca de mãos no poder político, a sociedade brasileira perpetuava traços coloniais, provocando um sentimento de falsidade ou desilusão na aplicação dos ideais republicanos.

A própria Independência do Brasil em 1822 foi promovida pelas elites brasileiras, o que significa dizer grandes proprietários, comerciantes ligados à economia exportadora e importadora. Formou-se uma monarquia parlamentarista que reafirmava os valores e as instituições coloniais, baseados na economia agro-exportadora, no latifúndio e na mão-de-obra escrava, profundamente antidemocrático e autoritário. Alguma transformação só ocorreria no final do século XIX, com o aparecimento de um novo produto de exportação e por conseqüência de uma nova elite no poder.

O processo de desagregação do sistema escravista acelerou-se a partir de 1870, pelas novas condições que passaram a dominar a conjuntura

econômico-social do país, em particular nas regiões cafeeiras. Os altos preços atingidos pelo café no mercado internacional; o aperfeiçoamento dos meios de transporte e vias de comunicação, principalmente com a implantação das vias férreas; a possibilidade de se empregar, cada vez em maior escala, máquinas para o beneficiamento do café, a urbanização crescente, característica da segunda metade do século, e o crescimento da população modificavam as condições econômicas das áreas cafeeiras, criando perspectivas para o trabalho livre. (MENDES JÚNIOR, A.; RONCARI, L.; MARANHÃO, R., 1981, p. 83).

O café deslocou o centro econômico do Nordeste para o Sudeste, onde a proeminência seria de uma elite cafeicultora da região fluminense. Com a decadência econômica desta e o aparecimento de uma nova parcela da elite cafeicultora (a paulista) que logo controlariam o campo econômico, não tardaria a perda da hegemonia política fluminense em prol da reivindicação de representação política da elite cafeeira paulista. No final do século XIX, a mão-de-obra escrava vai sendo substituída pelos trabalhadores assalariados provenientes das grandes levas imigracionais patrocinadas no período, e que continuariam a chegar até meados do século XX. As relações de trabalho baseadas na escravidão transformam-se então em compra e venda do trabalho, inicia-se o processo de formação do operariado brasileiro. A desintegração da antiga estrutura escravista significa a perda do sustentáculo da política imperial. Essas transformações ocorridas na estrutura econômica traduzir-se-iam em modificações institucionais, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

As redefinições nesse jogo de forças políticas geraram embates entre os grupos civilistas e militaristas, as oligarquias dominantes e mesmo a população e alguns setores da organização republicana que ignoravam a mobilização dos grupos populares, definindo-os como uma massa bestializada. Bastaria uma maior aproximação do processo de construção do novo sistema político e da ordenação de suas unidades federativas, para perceber os entraves causados pela permanência de certos traços da estrutura monarquista e pelas divergências dos grupos que arquitetariam as novas bases políticas brasileiras. (MOTA, 2003, p. 12).

O período conhecido como República Velha foi marcado pela ascensão do café como produto de exportação, por excelência, base da economia nacional. Há ainda a ampliação do interesse do capital internacional em utilizar o Brasil como fornecedor de matérias primas (café em sua maioria) e mercado consumidor. A vida econômica do Brasil gravitou em função do interesse internacional, a urbanização, criação de estradas de ferro e as novas relações sociais serão pautadas a partir do conhecimento desenvolvido na Europa. A economia cafeeira introduziu no país os ditames do capitalismo e vai determinar assim também a formação de um complexo industrial incipiente num primeiro momento fomentado pela acumulação oriunda do café³ e aceleração da expansão deste, num segundo momento.

³ É preciso relativizar a idéia de que a indústria no Brasil nasceu da acumulação proveniente das inversões obtidas com o comércio do café. A industrialização brasileira se desenvolveu em moldes regionais, sendo financiada pelas mais diferentes capitais, essa teoria é desenvolvida por autores como Heloísa Reichel, Boris Fausto entre outros.

No campo da saúde sempre houve preocupação em relação à saúde no Brasil, um mundo novo de doenças tropicais e epidemias, todas desconhecidas ao europeu. A população se satisfazia através de curandeiros, mezinheiros, boticários para defender-se de qualquer mal que a afligisse, a figura do médico nunca teve muita importância por aqui. Todavia,

Não é a ausência de médicos que explica a ampla aceitação dos curandeiros, mas antes a concepção de que a origem das doenças tinha uma natureza sobre-humana sobre a qual essas pessoas possuíam a faculdade de intervir. (SOARES, 2001, p. 421).

A fundação da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro em 1813 já demonstra a tentativa de institucionalização da saúde pública ainda na época colonial. E com a fundação em 1829 da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro temos a parceria do meio civil com o aparelho estatal. Essa sociedade tinha por objetivo fornecer pareceres às autoridades governamentais em matérias relativas à higiene e a saúde pública.

Este vínculo existente entre a Sociedade de Medicina e o Estado revela o caráter eminentemente político dessa entidade que pretendia organizar o espaço urbano exclusivamente à luz da ciência. (SOARES, 2001, p. 415).

A Sociedade de Medicina do Rio, em 1835 recebeu o título de Academia Imperial de Medicina pelo Estado, tornando-se assim ator principal na produção de um discurso - fundamentado no conhecimento científico - que ditaria os procedimentos terapêuticos que deveriam nortear os comportamentos sociais e sugerir normas sanitárias a serem postas em prática pelo Estado em prol da preservação da saúde pública.

Será a partir da fundação da Sociedade de Medicina e da institucionalização do ensino médico que os esculápios da Corte que a ela se filiaram passarão a tomar, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, certa distância das concepções e práticas populares em matéria de curar doença. Boticários, sangradores, parteiras e curandeiros, que até então eram tolerados [...] tornar-se-ão alvo de severas críticas da medicina acadêmica, que, no processo de luta pela conquista de legitimidade social para a sua ciência, fez tudo que esteve ao seu alcance para suprimir tais práticas ao colocá-las sob a chancela da impostura. (SOARES, 2001, p. 428).

Segundo Madel Luz⁴ a questão da saúde aparece, no quadro da República Velha, como fundamental, em face da situação de dependência externa da economia brasileira, visto que os problemas de saúde poderiam sair pelos portos juntamente com os produtos exportados, ou entrar junto com os imigrantes. E também, “o setor financeiro do capital internacional encontra nas drenagens, nas redes de esgoto, no saneamento de rios e lagos, espaços de atuação e lucro” (LUZ, 1982, p. 80). A partir do século XIX torna-se urgente o combate aos quadros endêmicos e epidêmicos brasileiros. Durante este século, progressivamente, a medicina desenvolverá projetos e modelos institucionais que buscam

⁴ LUZ, Madel Terezinha. Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

no controle do Estado uma estratégia de dominação, de controle médico do conjunto da sociedade. Os agentes da medicina irão propor uma resposta, uma cura para cada situação em benefício da ordem social. Com a República e a instalação do modo de produção capitalista o setor científico tem seu nicho conquistado. Uma vez que a ciência é uma idéia dominante no capitalismo, pois além de organizar racionalmente a produção econômica, a ciência ordenará progressivamente a produção de idéias, tenderá a racionalizar o comportamento das classes e grupos sociais subordinados, ditará modelos de concepções em todos os campos da atividade humana.

A resposta à República e ao capitalismo que se impõem no final do século XIX será do ponto de vista médico, uma multiplicidade de propostas de intervenção sobre o espaço urbano com o propósito de saneá-lo. As novas alianças e estratégias de poder tomam forma de controle médico-sanitário e de esquadramento do espaço urbano [...] vai se tornando clara para a sociedade a ação da saúde como ação política. (LUZ, 1982, p. 33).

O modelo de saúde pública do século XIX, que via na “desorganização” da cidade o fator de manutenção, extensão e reprodução das precárias condições de saúde da população urbana sofrerá críticas não só por parte do próprio setor médico. As populações, principalmente o emergente proletariado, vem a questionar este modelo de conhecimentos e práticas, chamando a atenção para os condicionantes sociais de produção como os principais fatores de desenvolvimento e reprodução de doenças, e lutando por melhores condições de trabalho. Mas será o modelo médico de assistência individual e curativa que ganhará corpo, permanecendo até hoje como modelo, dando preferência a tratar a doença do que preveni-la.

Portanto, a questão da saúde no período de 1870 a 1930 é resultados direto das tentativas - durante o Estado Imperial no início do século XIX - de afirmação e valorização social da categoria médica-científica e tomará contornos mais nítidos, justamente por este período ser de transformações e consolidações da sociedade brasileira. Internamente temos a crise do sistema escravista com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e ao mesmo tempo um processo de mudança na estrutura do poder do Estado que mexem com a organização, composição e articulação de grupos e classes sociais. Externamente há uma redefinição da hegemonia nacional no capitalismo e suas estratégias de penetração internacional, sua expansão e reprodução. Ou seja, simultaneamente há um conjunto de novas idéias, concepções e formas de ação e associação que se impõem e a consolidação daquela postura de valorização social da categoria médica-científica em parceria com o Estado.

O Discurso Sanitarista e a Ideologia da Eugenia no Brasil

Os discursos sanitaristas sobre a saúde durante a República Velha revelam ser tanto modelos de conhecimento sobre a estrutura das doenças e suas causas, como propostas práticas de intervenção saneadora e reorganizadora do espaço físico das cidades brasileiras. A ideologia da Eugenia no Brasil foi a primeira da América do Sul a ter um movimento organizado, embora tenha sido bastante heterogêneo, trabalhando com a saúde pública e com a saúde psiquiátrica, seus esforços eram aplicados ao movimento racial. Ambos colocaram-se como discursos de controle social, cujas idéias provinham da Europa e que o Brasil não tardava a aplicar.

No século XIX, nasceram na Europa uma miríade de correntes que tentaram explicar o mundo a partir dos mais diferentes tipos de base teórica. Correntes como o Positivismo, Darwinismo, Socialismo, Anarquismo entre outras tantas. Ao mesmo tempo há a consolidação de sistemas explicativos já existentes em períodos anteriores, como o Liberalismo e o Capitalismo. Em suma, esse grande afluxo de busca da criação de explicações racionais para o mundo, ficou conhecida genericamente por “Cientificismo” ou “Corrente Científica”. A Europa se tornando o centro difusor de um princípio científico e racional de explicação da realidade concreta, e essa conjuntura afetará diretamente as outras regiões do mundo que serão inseridas no novo modelo (Industrial-Capitalista) pelo interesse do capital internacional em consolidar novos mercados e buscar fornecedores de matérias primas⁵.

Durante o século XIX, vamos verificar a consolidação de transformações ao nível do saber e das práticas de medicina, que se gestam no final do século XVIII e acompanham a implantação do modo capitalista de produção no Brasil. É, portanto, uma etapa de lutas e debates que culmina com a instauração de uma nova medicina, que incorpora ao seu saber os de ciências emergentes e toma como seu objeto não só o indivíduo enfermo, mas o corpo social, enquanto espaço de promoção de saúde. (LUZ, 1982, p. 105).

O Brasil foi diretamente atingido por essa conjuntura internacional. No momento em que a Europa passava por essa ebulição político e social, no Brasil estava acontecendo simultaneamente à desagregação do sistema escravista, a inserção do país no mercado internacional graças à economia cafeeira. Essa realidade demandou uma remodelação das antigas relações políticas, sociais e de trabalho, ainda debitárias de uma estrutura colonial. O Brasil vai se reconstruir sobre uma nova lógica imperante, porém sem alterações significativas nas estruturas de dominação – sendo ainda, como no período colonial, uma economia agro-exportadora de produtos primários. Se alternando as relações de produção,

⁵ Essa conjuntura onde a Europa vai buscar no resto do mundo, suporte para a perpetuação de uma base industrial pesada e consolidação de um mercado consumidor para sua produção, será conhecida como Segunda Revolução Industrial. E vai caracterizar a forma como se estabelecerão as relações internacionais entre a Europa e o resto do mundo.

e em função delas ocorreu uma alteração significativa nas relações sociais e em especial nas relações políticas, que resultaram na instituição de um complexo aparelho de estado nacional. Nesse complexo jogo de permanências e mudanças, ao qual o país sempre se inseriu, a preocupação com a saúde ocupou uma posição mister. Sendo a economia baseada na relação com o exterior, a salubridade das zonas portuárias e urbanas ocupou uma posição de destaque na preocupação do Estado, sendo que com o passar do tempo essa preocupação atingiu o interior do país com a chegada das “missões médicas” aos sertões.

A medicina e os movimentos sanitários nascem no Brasil, dentro de uma conjuntura de afirmação da economia nacional no mercado internacional, obedecendo aos pressupostos estabelecidos ainda no século XIX pelas teorias cientificistas. O Brasil foi um Estado orientado pela forma autoritária de mando e essa característica do governo se refletiu na forma como foram conduzidas as políticas de saúde pública.

A medicina é, desde suas origens institucionais na sociedade brasileira do século XIX, nitidamente, não só uma forma de conhecer – através do organismo humano – o corpo social, mas também uma forma específica de intervenção neste corpo. (LUZ, 1982, p.13).

Essa “forma específica de intervenção no corpo social” obedecia a uma necessidade patente dessa nova sociedade em formação: fazer com que essa sociedade ainda marcada pelo antigo modelo de estruturação social (Imperial e Colonial), se adaptasse ao novo modelo de estruturação que devia ser implantado. O movimento sanitarista – como a saúde de um modo geral – tinha uma função determinada, esta iria a partir da intervenção direta no corpo social, integrá-lo à nova sociedade. Isso se daria mediante a reorganização espacial da urbanidade e/ou através de medidas que visavam higienizá-lo, discipliná-lo e organizá-lo para que os indivíduos pudessem ser moldados a luz do novo tipo de relações sociais que estavam em implantação na sociedade brasileira.

Esses objetivos se traduziram em campanhas de “bota - abaixo”⁶ dos cortiços no Rio de Janeiro e campanhas quase militares de vacinação obrigatória, exemplificando o uso da força (velho mecanismo autoritário) para o cumprimento de normas ditadas pelos aparelhos reguladores da saúde pública.

Oswaldo Cruz propôs uma ação contra a febre amarela sob a forma de campanha (termo militar que traduz o caráter organizado, autoritário, do trabalho a ser realizado). Nisto seguia o exemplo de médicos militares norte-americanos. [...] A campanha por ele proposta compreendia dois tipos de providência: identificar os doentes e acabar com os focos de mosquitos. Para alcançar esse último objetivo, formou brigadas de mata-mosquitos, uniformizadas e equipadas, e com poderes para entrar nas casas. (SCLIAR, 2002, p. 108).

⁶ Campanha do prefeito Pereira Passos, uma reforma urbana que visava abrir amplas avenidas no centro do Rio de Janeiro.

A figura de Oswaldo Cruz no comando do Instituto Soroterápico Federal (1902) e da Diretoria de Saúde Pública (1903) foi emblemática, pois ele esteve à frente também do combate à peste bubônica e à epidemia de varíola. No combate a esta última, tornou obrigatória a vacinação através de um regulamento sanitário. O que foi muito mal recebida pela população, que já desconfiava dos médicos desde a época colonial. Sem contar a questão trabalhista, pois o atestado de vacinação, fornecido por médicos particulares, e, portanto de difícil acesso para a população, era obrigatório para candidatar-se a um emprego.

Com tanta gente contra a vacinação, não é de admirar que em 10 de novembro de 1904 tenha eclodido uma revolta – A Revolta da Vacina. Durou vários dias e transformou o Rio de Janeiro num cenário de guerra. Atrás de barricadas, os insurgentes enfrentavam as tropas do governo, que teve de mobilizar até a Marinha. (SCLIAR, 2002, p. 110).

O Rio de Janeiro como capital, e grande centro urbano, ocupava lugar de destaque nas políticas sanitaristas, visto que era necessário civilizar o Brasil à luz da ciência e dos modelos europeus, a capital seria o exemplo, o cartão postal deste novo Brasil republicano. No entanto, no interior do país também eram péssimas as condições sanitárias, ainda mais com o deslocamento dos centros econômicos do rural para o urbano. Além das constatações feitas pelo próprio Oswaldo Cruz – quando ao deixar o cargo da diretoria de Saúde Pública, fez a supervisão sanitária da estrada de ferro Madeira-Marmoré (“Mad Maria”), então em construção – outros sanitaristas (Artur Neiva e Belisário Pena) publicaram, em 1916, um impressionante relato sobre a miséria e as deprimentes condições de saúde no interior do Brasil.

Nesse tempo surgiram a Liga Nacionalista, a Liga de Defesa Nacional [...] e a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Instituições que refletem o despertar do nacionalismo brasileiro [...] A campanha pró-saneamento resultou na criação do Serviço de Profilaxia Rural, órgão do governo federal, que deveria desenvolver campanhas contra a malária, doença de Chagas e outras enfermidades prevalentes no meio rural, onde vivia a maior parte da população brasileira. Contudo, a Liga Pró-Saneamento queria medidas mais amplas: a criação de um Ministério de Higiene e de Saúde Pública ou, ao menos um Departamento Nacional de Higiene. Em 1920, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), chefiado, até 1926, por Carlos Chagas. (SCLIAR, 2002, p. 117).

Nesse período (1923), surgiu a Sociedade Brasileira de Higiene, agrupando os sanitaristas brasileiros, e que passou a manter estreitos vínculos com o DNSP, que herdava os princípios nacionalistas da Liga Pró-Saneamento. Segundo Luz, organizar e dar salubridade ao espaço urbano é uma nova forma de prestígio político e isto não iria passar despercebido, nem pelos políticos, nem pela categoria médica. Segundo Scliar o sanitarista se considera no mínimo um técnico e não raro um cientista; mas, inevitavelmente, precisa envolver-se com a administração. Quando isto acontece, está a um passo da política e essa tênue linha pode ser facilmente ultrapassada.

A trajetória que vai da área técnica ou científica à administração e depois à política tem apenas uma mão e é irreversível, porque corresponde a um alargamento do campo de visão, a uma ampliação da esfera de atuação: do micro para o macro. (SCLIAR, 2002, p. 119).

Embora não se coloque em questão a natureza do Estado, sanitaristas, especialmente ligados à Academia Imperial de Medicina, questionavam o limitado espaço de poder dado a esta instituição e ao saber médico que impedia a maior intervenção e organização frente ao conjunto da sociedade. Se isso já estava acontecendo no tempo da Academia Imperial, que era ligada ao Estado Imperial, o discurso sanitarista na República Velha não irá se diferenciar muito, mas irá ganhar uma nova dimensão, de “ciência contemplativa” a “ciência experimental”. Um exemplo desse “ultrapassar a linha” da medicina para a política está na figura de Manuel Vitorino Pereira que além de introdutor de novas práticas médicas-cirúrgicas, professor e escritor, foi também presidente da Província da Bahia, congressista e vice-presidente da República, que por volta de quatro meses em 1896 ocupou a presidência.

Manuel Vitorino Pereira é um exemplo deste novo modelo de proposta médica, que vê no Estado centralizador um agente fundamental na prestação e na extensão dos serviços de saúde. [...] A questão da saúde ganhava contornos político-partidários e só podia conceber respostas/medidas políticas, embora disfarçadas sob a forma de questões técnicas. (LUZ, 1982, p. 77).

Como vice-presidente Manuel Vitorino Pereira decretou em 1896 a unificação dos serviços de higiene da União e cria a Diretoria Geral de Saúde Pública, embora a unificação completa dos serviços de saúde pública só viessem a ocorrer mais tarde, em 1904. Na questão da saúde já podemos ver a centralização imposta aos demais Estados, indo contra ao federalismo que se implementara com a República.

A ordem médica representa o estabelecimento de formas centrais de controle da sociedade civil, que se faz não só através do controle dos corpos – na medida em que se dá grande ênfase às campanhas de vacinação – como também da criação de práticas preventivas [...] Entre os projetos de intervenção médica na sociedade neste momento, existia um modelo sanitário unificador, centralizador e concentrador de poder. (LUZ, 1982, p. 78).

Assim o discurso sanitarista, que se torna político, econômico e social, busca através dos velhos mecanismos autoritários e da força do aparelho de Estado, impor-se. É através dos aparelhos burocrático-administrativos que o discurso sanitarista busca uma forma de ampliar o seu controle sobre o conjunto da sociedade. E o Estado firma essa parceria, pois através da ciência médica ele legitima uma prática de controle e intervenção das massas.

A necessidade de sanitizar o país, paralelamente criou a noção de que a saúde seria responsável pela regeneração do povo e consolidação de uma nação brasileira, passaria pelas mãos dos médicos. Porém os ideários dessa perspectiva aprofundaram essa concepção e passaram a entender que a medicina e as práticas sanitárias não seriam o suficiente para efetivar a construção de uma nação forte. Começaram a pregar a idéia de

que o problema do brasileiro era fruto dos cruzamentos raciais oriundos desde o período da colonização, que causaram a criação de uma raça impura, indolente, doente e fraca. Sendo o Brasil orientado pelas diversas teorias nascidas do movimento cientificista europeu, a saúde tornou-se um campo aberto para a utilização das mais diversas formas de explicação científicas.

Sob a retórica da regeneração, a crença na degeneração de um povo feito de raças inferiores dava forma ao cotidiano institucional, em consosância com o arranjo brasileiro de evolucionismo e darwinismo social: o otimismo terapêutico afinava os nossos vaidosos especialistas com os cientistas europeus e com o projeto de salvação do país; a crença na degeneração do povo brasileiro justificava o uso do hospício como instituição paramilitar que condenava à prisão perpétua e à morte imigrantes e não brancos pobres (a maioria da população de internos) tidos como ameaça ao projeto saneador da raça brasileira. (PATTO, 1999, p. 188).

O determinismo biológico legado por Charles Darwin haveria de se introduzir nas mais diversas áreas da ciência e não tardaria a atingir a medicina. Em meados do século XIX Francis Galton – um médico, naturalista e filósofo inglês – cunhou uma teoria que seria conhecida como *Eugenia*. A eugenia pregava que através da aplicação de práticas de “melhoramento”, se poderia criar um ser humano perfeito ou em vias de perfeição. Isso se daria a partir de um conjunto de práticas que iam desde a determinação de certos indivíduos para cruzamento, como ações de intervenção social direta impedindo que certas “raças” se cruzassem. Buscando como fim último a criação de seres geneticamente favorecidos, resolvendo os problemas da sociedade, que se entendiam ser frutos de características falhas do desenvolvimento humano oriundos dos cruzamentos inter-raciais.

[...] no Brasil as idéias eugênicas teriam sido classificadas, ainda no século XIX, como “temas culturais” e encontrado terreno fértil, uma vez que confluía com as preocupações de nossos intelectuais, no que dizia respeito tanto à definição de povo brasileiro quanto a do país enquanto nação. (MOTA, 2001, p. 14)

A constante necessidade de consolidar o país como uma nação, e a necessidade de se legitimar o Brasil em relação ao externo, criou nos médicos e nos principais círculos intelectuais brasileiros, a perspectiva de que “o problema do Brasil era o brasileiro” e que se deveria antes de qualquer coisa, intervir através da saúde para criar uma nação saudável e livre das mazelas herdadas pela estrutura geneticamente herdada. A idéia geral era de que os sanitaristas e seu movimento tinham tentando erradicar os problemas nacionais, porém esse intento estava além de suas possibilidades, logo:

Se os sanitaristas e higienistas, em seu projeto erradicador de doenças e endemias, não conseguiam trazer a civilidade e higiene esperada aos abandonados da terra, seriam eles os “prometeus do darwinismo” a resgatar o que consideravam as causas dos desvios nacionais. O povo brasileiro precisaria ganhar “características de estirpe” e para isso, eles teriam seu plano e seus argumentos erigidos. (MOTA, 2001, p. 38).

E ainda, era consenso entre todos os promotores da ideologia eugenista que

[...] uma nação só seria verdadeiramente rica e próspera racialmente quando possuísse homens de linhagem hereditariamente sadia e produtora de riquezas. (MOTA, 2001, p. 50).

Os eugenistas brasileiros se basearam no arcabouço teórico e metodológico disponível em sua época, tendiam a seguir os modelos instituídos nos EUA e na Europa no sentido de buscar a criação de um indivíduo de “raça elevada” e nele estaria a solução para os problemas e a salvação do Brasil. O ideário eugenista foi muito discutido e apropriado pelas elites intelectuais brasileiras deste período, tornou-se tema de diversos compêndios médicos e passou a ser moda entre as explicações para a solução dos problemas nacionais. Embora tenha sido largamente debatido e apropriado pelas elites brasileiras, a eugenia nunca foi posta em prática, sendo mais um discurso derivado de ideários estrangeiros - e posteriormente incluída no discurso sanitarista - e que serviu como base para as explicações científicas surgidas neste período.

Assim, segundo Patto⁷ a Eugenia servia de recurso ideológico da justificação do domínio de brancos sobre não-brancos, de ricos sobre pobres, de “civilizados” sobre “primitivos”. Articulada ao discurso científico, a eugenia disseminava uma imagem negativa do corpo social miscigenado, ambos os discursos, Sanitarista e Eugenista serviam ao Estado para legitimar o seu poder, desvalorizando o conhecimento popular através das teorias científicas, trunfo do liberalismo.

Ciência e Repressão: Legitimando um Estado

A instituição médica mostra-se como a história das propostas de intervenção política de modelos de saber na sociedade, e da luta destes modelos discursivos em torno dos interesses sociais específicos e seus conflitos. Tomando por base o discurso de que a ciência é neutra, sanitaristas e Estado adquiriram o direito de intervir na vida das populações, no sentido de higienizá-las, discipliná-las e organizá-las de acordo com a lógica das novas relações sociais. É neste sentido que o discurso sanitarista se tornou o interlocutor central entre o Estado e a sociedade, contribuindo para instituir no país a ordem política centralista e socialmente excludente.

Os corpos necessitavam ser disciplinados, a docilização destes era um item fundamental para que o novo estado pudesse vingar. As novas relações sociais de trabalho, produção e etc., demandavam indivíduos disciplinados e saudáveis, tinham de se adaptar a nova lógica e ser produtivos para que assim o estado pudesse legitimar-se face ao interesse internacional. Segundo Michel Foucault⁸ a disciplina e docilização dos corpos foi um reflexo do desenvolvimento capitalista, que levou a uma nova forma de exercício de poder. A

⁷ PATTO, op cit.

⁸ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão: história da violência nas prisões. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

institucionalização da violência serviu para que a coação se tornasse mais psicológica – e por sua vez mais sutil – que física, obedecendo a uma nova etapa do desenvolvimento social. O autor afirma que:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco, aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Entendemos que o movimento sanitário, e a proposta de saúde e medicina estabelecidos durante o período da República Velha serviram a uma função determinada, que transcendia a preocupação com o estado de saúde geral da população. Estavam visceralmente ligados à necessidade de criação de um novo “povo brasileiro”, afeito ao novo modelo que se estabelecia. A forma autoritária como a intervenção médica ocorreu foi reflexo de continuidades das estruturas autoritárias de mando existentes no país desde o período colonial.

Segundo Foucault⁹, é evidente a existência de formas de exercício de poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz, é assim que vemos as instituições ligadas à saúde no Brasil.

Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. (MACHADO, 2007).

Segundo Machado, a ideia básica de Foucault é mostrar que as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência, nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas. O que contraria a ideia exposta por Patto que considera as políticas sanitárias comandadas por médicos muito mais como necessidade em função das más condições de saneamento básico advindas do aumento populacional urbano.

No caso brasileiro, a campanha higienista esteve sobretudo a serviço de dois projetos da classe dominante: superar a humilhação frente “ao atraso” do país em relação aos “países civilizados”, pela realização do sonho provinciano de assemelhar-se à Europa, e salvar a nacionalidade pela regeneração do povo. (PATTO, 1999, p. 178-179).

Mas enquanto a autora coloca que “a repressão grosseira, mais do que as sutilezas disciplinadoras, foi, portanto, o instrumento por excelência do movimento higienista brasileiro” (MACHADO, 2007), Machado coloca a ideia de Foucault da seguinte forma:

A uma concepção negativa, que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, ele opõe, ou acrescenta, uma concepção

⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão. (MACHADO, 2007).

Portanto situamos Patto dentro dessa concepção negativa, e Machado enquanto expõe o pensamento de Foucault querendo nos mostrar que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão, nos leva para um outro caminho. Segundo Foucault “é preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ele ‘reprime’, ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’.

O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. (MACHADO, 2007).

Na nova ótica capitalista, que estava sendo implantada no Brasil durante a República Velha, não se pode explicar inteiramente o poder pela sua forma repressiva. O que interessa neste momento não é retirar apenas os homens da vida social ou impedir o exercício de suas atividades, ao contrário, interessa gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades.

Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. (MACHADO, 2007).

Se não há saber neutro, pois todo o saber é político, o saber científico dentro do discurso sanitário não escapa do discurso político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, mas por ser apropriado por ele, dele se servindo como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas porque todo o saber tem sua gênese em relações de poder. Portanto, o discurso sanitário foi uma das formas encontradas pelo Estado Republicano para se legitimar em nível local, perante a população e em nível externo perante o interesse internacional. Torna-se claro no desenvolvimento dos projetos de saúde pública a multiplicidade de interesses e de discursos científicos e políticos na questão da saúde, e a análise de como um discurso ou prática médica, supostamente neutros e científicos, pode constituir uma das bases sobre a qual se assenta uma dominação política-ideológica ou mesmo uma reação a esta dominação.

Conclusão

O período da história brasileira denominado como República Velha ocorreu dentro de uma conjuntura marcada por uma série de mudanças, articuladas fundamentalmente pelas transformações oriundas do processo industrial europeu no século XIX. No qual o Brasil se

insere, como parte integrante da sustentação da nova configuração da economia mundial (oriunda da Segunda Revolução Industrial). Que por sua vez demandaram a rearticulação dos grupos políticos nacionais resultando em última análise numa alteração de sistema político – o Estado brasileiro deixou de ser uma Monarquia Imperial para se tornar um Estado Republicano. Este período foi ainda caracterizado pela ascensão do café como produto de exportação, base de toda a economia brasileira – agro-exportadora – que como consequência desse processo, resultou na ascensão de um grupo político e de uma região específicos no jogo político (oligarquia cafeeira de São Paulo); existindo mudanças consideráveis no seio da política, economia e sociedade em razão das alterações legadas pela ascensão do café. A República Velha foi ainda o período em que o processo industrial se desenvolveu no Brasil, fruto do interesse do capital externo e ao mesmo tempo se inserindo no mercado internacional mediante a comercialização do café, possibilitando que o capitalismo e todo seu aparato se instalassem no Brasil.

As novas necessidades do capital – industrialização e importações – demandavam uma alteração não só das bases produtivas, mas de toda uma organização social, dentro desse período uma série de discursos irão se revezar na tentativa de orientar essa mudança e legitimar o estado. Neste sentido, o discurso sanitarista ocupa posição de destaque, tornando-se o discurso político e ideológico do aparelho estatal, sendo a estratégia por excelência, utilizada pela hegemonia dominante. Através do sanitarismo, o Estado brasileiro pôde efetivar uma política de reorientação político-econômico e social, onde mediante a atuação dos médicos e da criação de instituições pôde intervir na vida das populações, atuando diretamente não só na saúde dos indivíduos, mas da sociedade; entendida como um “corpo social” na medida em que precisa ser higienizada, disciplinada e organizada a luz das novas relações sociais.

A saúde/sanitarização ocupou papel fundamental nessa nova articulação das forças sociais, pois a partir de suas intervenções conseguiu moldar – progressivamente – os comportamentos e lógicas da população em geral. Cabe salientar aqui, que essas alterações não se deram sem conflitos e o estado teve de usar todo o aparato repressivo disponível para dobrar as populações que apresentavam dificuldade em aceitar a nova realidade imposta por este; porém com o passar do tempo as atuações dos médicos e a criação de instituições destinadas a saúde, foram docilizando os indivíduos, que resultou em última análise na forma atualizada de Estado/sociedade na qual atualmente vivemos. Cabe lembrar também que este movimento de afirmação e legitimação da categoria médica-científica inicia-se no período imperial e consolida-se durante o período da República Velha.

De maneira geral, entendemos que o aparato repressivo não foi a única estratégia da classe hegemônica para a formatação da população nas novas formas de relação que se estabeleceram. A criação de instituições médicas e de instituições de regulamentação

sanitária foi outra maneira, se não a mais importante, de imposição da nova realidade pela classe dominante ao povo. Contrariando diretamente as teses de autores que tendem a explicar a atuação do Estado, na república Velha, como baseado exclusivamente na utilização da coerção direta como mecanismo de dominação e de efetivação do poder da elite dominante.

Referências

- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão: história da violência nas prisões. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- LUZ, Madel Terezinha. Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: Microfísica do poder. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- MENDES JÚNIOR, Antonio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. O trabalho livre numa sociedade escravista. In: Brasil história: texto e consulta. São Paulo: Brasiliense, 1981, Vol. 3;
- MOTA, André. Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. In: Estudos Avançados. São Paulo, v. 13, n. 35, Apr. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n35/v13n35a17.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2010.
- SCLIAR, Moacyr. Do mágico ao social: a trajetória da saúde pública. São Paulo: SENAC NACIONAL – Centro de Educação à Distância, 2002.
- SOARES, Márcio de Sousa. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. In: HISTÓRIA, CIÊNCIA, SAÚDE – MANGUINHOS. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, vol.8, nº 2, jul/ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 mai. 2010.